

EDUCAÇÃO ESPECIAL: APONTAMENTOS DO CMEI CARLOS MARINHO FALCAO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À PRÁTICA DOCENTE

Karine Santana Sousa Mercês; Íris de Lourdes da Silva Dultra; Eugênia Souza Lima; Débora Araújo Leal

Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. ksm.kari@hotmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. irisldultra@gmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. eugeniapedagogia@hotmail.com; Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão. delleal8@hotmail.com.

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida a partir da prática docente no Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão localizado em Feira de Santana na Bahia. Aborda-se a importância da Educação Especial na Educação Infantil desde a inserção no Projeto Político Pedagógico a efetivação na prática docente. Traçamos como objetivos: Reconhecer o Projeto Político Pedagógico como um instrumento de participação da comunidade escolar; Efetivar a Educação Especial no espaço escolar como inerente a práticas inclusivas; Promover o acesso e a permanência das crianças com deficiência e as necessidades educacionais no espaço escolar. O trabalho foi alicerçado nas pesquisas bibliográficas, em que foram utilizadas citações de diversos autores e legislações que fundamentam a Educação Especial. Nos resultados e discussões aborda-se a importância da educação especial pautada na legislação, mas sobretudo destaca-se a participação da família e a formação do professor com vistas a promoção da aprendizagem das crianças público alvo desta temática. Nas considerações pontua-se como a educação especial precisa ser pauta de políticas públicas e de construção de práticas inclusivas promovidas pela gestão democrática voltadas para o acolhimento as famílias e a formação docente.

Palavras-chave: Educação Especial, Projeto Político Pedagógico, Aprendizagem.

Introdução

São muitos os desafios que vivenciamos nos últimos anos na busca da garantia em que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Frequentar uma escola é um direito de todos, que precisa ser assegurado por meio de uma prática educativa firmada em princípios relacionados a uma escola para todos. Ao citarmos este paradigma de “Escola para Todos”, estamos abordando ambientes educacionais que se destacam por um ensino de qualidade, que não excluem, não categorizam os alunos em grupos pré definidos por perfis de rendimento escolar e por avaliações padronizadas e que não admitem a separação entre educação regular e especial.

As escolas para todos são escolas inclusivas, em que todos os educandos estudam juntos, em um mesmo ambiente que são as salas de aulas do ensino regular. Esses ambientes educativos provocam as muitas possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, e os artifícios utilizados nesse trabalho pedagógico são pertinentes às habilidades e às necessidades de todos.

O tema foi escolhido com o objetivo de discutir a importância da inserção da educação especial no projeto político pedagógico e sua efetivação no fazer educacional, toma-se como base o desenvolvimento e autonomia dos alunos com deficiência e que estão matriculados na unidade de ensino, considera-se de suma importância uma educação de qualidade e inclusiva. Não obstante é notório pontuar as leis que fundamentam a Educação Inclusiva principalmente a Lei 13.146/2015 que aborda sobre a inclusão e o Decreto nº 6571 de 2008 o qual respalda o atendimento educacional especializado. Há de se considerar neste processo inclusivo a formação dos docentes para a prática da inclusão.

A educação é o principal pilar que alicerça a vida em sociedade e que fomenta a busca para as superações. Na atuação desse instrumento social transformador, que se pretende à construção de um mundo melhor para todos e a igualdade de direito, a educação escolar inclusiva tem um objetivo claro em relação à diversidade humana: incluí-lo como determinante de crescimento de todos no processo educativo. A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento do ser humano e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Na Constituição Federativa de 1988 Art. 205. “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo Carvalho,

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005, p. 35).

A importância e os benefícios que a inclusão escolar pode proporcionar quando há um esforço e um trabalho realizado corretamente, foi discutido por Stainback,

Quando existem programas adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiências, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade. (Stainback 1999, p. 22)

Observa-se que a inclusão escolar não acontece por si só, mudanças são necessárias, principalmente atitudinais. A maior consequência que ocorre quando bons resultados não são

atingidos é falta de motivação, uma ausência de interesse, que motiva alunos com necessidades especiais e seus pais a desistir da inclusão escolar e optarem por escolas que promovem a separação de condições. Contudo no momento em que há um trabalho diferenciado e diversificado, não é apenas o aluno e os pais que percebem a diferença e os resultados, que são muitos, os docentes também se animam ao trabalho, sem levar em consideração que esse trabalho inclusivo também pode “proporcionar aos professores a atualização de suas habilidades” (STAINBACK, 1999).

Não obstante, nas escolas precisa haver uma preocupação não somente com a formação dos professores, mas sobretudo promover na escola o atendimento educacional especializado, considerando que este foi criado para dar um suporte para os alunos com deficiência e facilitar o acesso ao currículo. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1 Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2 O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

É de grande importância o trabalho que é realizado pelo atendimento educacional especializado, mesmo em escolas que não há salas de recursos como é o caso da escola pesquisada. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua capacidade de desenvolvimento na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.

É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola, devendo ser reconhecido e documentado pela comunidade escolar. O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares.

Garcia (2008) esclarece que,

[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes. (Garcia, 2008, p. 18).

Com o respeito à diversidade e as características de cada indivíduo, o principal objetivo do trabalho educacional precisa ser o de favorecer o acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos que necessitem de adaptações para a sua inclusão. A formação dos docentes para a inclusão é um ponto importante e que tem que ser discutido.

A transformação de paradigma na Educação requer professores habilitados e comprometidos para a nova prática, de modo que atendam também às necessidades do ensino inclusivo. O saber está sendo alicerçado à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel muito importante e fundamental na prática profissional.

Quando se discute sobre inclusão, deve-se relevar aspectos ligados a formação do docente, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Conforme já destacava Piaget,

A preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. (Piaget, 1984, p. 62):

É primordial que o docente procure a todo o momento o aperfeiçoamento de sua formação, muitos sistemas têm se tornado inclusivo por buscar o aprimoramento constante da formação de seus professores e o sucesso na aprendizagem de seus alunos, deve-se ressaltar que o professor não é o único responsável pelo processo de inclusão. E que é preciso uma política de inclusão adequada, competente e com valores étnicos que envolva a família e a sociedade.

Para atuar na educação especial, o professor precisa ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o ensino da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação permite a sua atuação no atendimento educacional especializado, intensifica o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial tornando amplo o seu campo de atuação.

Metodologia

Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e de campo, considerando que pesquisar é explorar, buscar, conhecer, entender é uma busca por meio do conhecimento intelectual e prático. Segundo Gil,

Pode-se definir como pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (Gil, 2009, p. 19).

Na bibliografia lançou-se mãos da legislação e de autores que discutem e conhecem dificuldades da inclusão da criança com necessidades educacionais especiais no contexto social, educacional e familiar. Os dados coletados tiveram como fontes as pesquisas bibliográficas de livros e artigos sobre o assunto, construção do Projeto Político Pedagógico, formações com auxiliares de crianças especiais, levantamento das crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas na instituição, vivências nas salas de aula.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram observações diretas e com caráter esclarecedor, conversas informais, observações e pesquisas bibliográficas. O desenvolvimento deu-se através de livros, artigos e as vivências no CMEI Carlos Marinho Falcão, nesta cidade. Nesta acepção, o estudo faz um levantamento sobre a inclusão na Educação Infantil levando em consideração o conhecimento da criança especial, suas especificidades e dificuldades de aprendizagem, conscientizando a comunidade escolar para a importância do convívio com essa criança e capacitando-a para uma escola inclusiva e documentos que norteadores que tenham caráter inclusivos como o Projeto Político Pedagógico.

Resultados e Discussões

No Centro Municipal de Educação Infantil a Educação Especial está incluindo como plano de ação do Projeto Político Pedagógico, após feito o levantamento das crianças com deficiência e com necessidades educacionais especiais, fora realizado a formação com os auxiliares em educação especial, proporcionada pela gestão da escola. Os resultados foram positivos, pois em cima do levantamento feito, preparou-se materiais e atividades que proporcionavam a inclusão das crianças no espaço escolar.

As atividades realizadas pelas professoras e auxiliares da educação especial, foram organizadas em portfólio e registrado o avanço das crianças na promoção da aprendizagem.

Nota-se que o diagnóstico das crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento é um dos pontos mais delicados na educação infantil. A família, a idade do aluno e na maioria das vezes a falta de uma equipe multidisciplinar para avaliação são barreiras que impedem a escola de direcionar estratégias de aprendizagens e interação desse público. Há também uma grande dificuldade em entender que crianças que apresentam transtornos de comportamentos, transtornos de aprendizagem e hiperatividade não são “apenas crianças malcriadas”. Nesse contexto é imprescindível uma parceria família, escola e um atendimento médico eficaz e a partir do diagnóstico, dos relatos familiares, comunidade escolar se empenhará em entender as necessidades desses alunos e pautar-se nas mesmas.

Mas a realidade consiste em casos e quase sempre não diagnosticados. Como a escola fará seu papel diante dessa situação? Para atender de forma inclusiva esses alunos, independentemente de terem ou não laudos, a preparação do docente é fundamental, sua dedicação profissional e humanidade no que faz. Funcionários, alunos e gestão caminharão lado a lado com o docente, criando um ambiente de respeito a diversidade. No contexto da Educação Infantil a promoção das diferenças precisa estar de forma clara e objetivas no planejamento, perpassando todos os campos de experiências, pois ao construir sua identidade a criança incluirá conceitos e valores que foram apresentados desde cedo.

Considerações Finais

A educação é sem dúvida o bem maior da sociedade. O processo educacional é uma etapa da vida que reflete diretamente no comportamento futuro dos indivíduos, é nessa fase que as pessoas aprendem a enfrentar as dificuldades, obstáculos, limitações e diferenças. A educação inclusiva é essencial na formação e construção do caráter do indivíduo ainda na infância.

Concernente a atuação do professor, ele precisa entender e analisar quais são as especificidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades etc.

É importante ressaltar que a inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, a formação do professor e o atendimento educacional especializado tem sido compreendido como essenciais para a aprendizagem do aluno no processo de inclusão. Trazendo a oportunidade de obtenção de conhecimentos de forma lúdica, com materiais de diversos contextos e professor com formação em educação especial.

Retoma-se que o atendimento educacional especializado por vezes realizado na sala de recursos, é feito na escola mesmo sem este espaço físico, considera-se a necessidade de uma real participação da equipe pedagógica da escola no processo de conscientização dos pais, dos professores e da comunidade escolar, referente a importância deste atendimento para a aprendizagem, desenvolvimento e autonomia dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6571**. Brasília, 2008.

_____. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

_____. **Lei 9.394, de 1996**; Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 setembro de 2018.

_____, **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 de jun. 2018

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva – a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GARCIA, Rosalba Maria C. **Políticas inclusivas na educação**: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meirelles de (Org.). **Educação especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. São Paulo: Summus, 1984.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 1999.